

**Autos nº 2013...**

**Vistos, ...**

Trata-se de consulta formulada por (...) e (...), por meio do qual questionam o posicionamento desta Corregedoria sobre a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo, tendo-se em vista as recentes decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Relataram os requerentes que protocolaram pedido de habilitação para o casamento, junto à Vara de Registros Públicos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Aduziram que, apesar de ter sido emitido parecer favorável pelo Ministério Público, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito (...) rejeitou o requerimento de habilitação para o casamento.

Por tal razão, formularam a presente consulta, indagando sobre o posicionamento desta Corregedoria de Justiça sobre a habilitação de pessoas do mesmo sexo para realização do casamento civil.

**Posto isto.**

1. A presente consulta formulada consiste em saber se é possível a habilitação de pessoas do mesmo sexo para a realização do casamento civil, tendo em vista que os requerentes tiveram seu pedido de habilitação negado junto à Vara de Registros Públicos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

O MM. Juiz *a quo* rejeitou o requerimento inicial de habilitação, deixando de homologá-lo, sob o fundamento de que o casamento é contrato jurídico pelo qual um homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pela família, de acordo com os arts. 1.565 e 1.514 do Código Civil (fl. 14/15).

Todavia, com a devida vênia, entendo que a referida decisão merece reforma, para melhor atender a evolução e anseios da nossa sociedade, e para nos perfilar aos posicionamentos manifestados pelos Tribunais Superiores pátrios.

É bem verdade que, ao abordar sobre o casamento, tanto o art. 1.514 quanto o art. 1.565, ambos do Código Civil, preveem em sua redação a expressão “homem” e “mulher”. Assim, parte da corrente doutrinária e aplicadores do direito entendem que não é possível o casamento homoafetivo, por falta de previsão legal.

Não podemos nos olvidar, contudo, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF nº 132/RJ conjuntamente com a ADI nº 4.277/DF, afastou qualquer óbice em relação à existência das palavras “homem” e “mulher”, para possibilitar o reconhecimento da união estável homoafetiva.

No referido caso acima, julgado em maio de 2011, deu-se ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme a Constituição, excluindo do dispositivo todo significado que impedisse o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Segundo a Corte Suprema, “a Constituição Federal de 1988 consagrou a família como instrumento de proteção da dignidade dos seus integrantes e do livre exercício de seus direitos fundamentais, de modo que, independentemente de sua formação – quantitativa ou qualitativa-, serve o instituto como meio de desenvolvimento e garantia da existência livre e autônoma dos seus membros.”

Prosseguindo no brilhante fundamento da ADI nº 4.277/DF, o Ministro **LUIZ FUX** asseverou que negar reconhecimento às uniões homoafetivas é afrontar a dignidade da pessoa humana, pois nega-se aos indivíduos um tratamento igualitário, submetendo-os, contra a sua vontade, a um padrão moral pré-estabelecido.

Dispôs a ementa da referida ADI nº 4.277/DF:

“1. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). (...) 2. PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS EM RAZÃO DO SEXO, SEJA NO PLANO DA DICOTOMIA HOMEM/MULHER (GÊNERO), SEJA NO PLANO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE CADA QUAL DELES. A PROIBIÇÃO DO PRECONCEITO COMO CAPÍTULO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. HOMENAGEM AO PLURALISMO COMO VALOR SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL. LIBERDADE PARA DISPOR DA PRÓPRIA SEXUALIDADE, INSERIDA NA CATEGORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO, EXPRESSÃO QUE É DA AUTONOMIA DE VONTADE. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA. CLÁUSULA PÉTREA. (...) 3. TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA. RECONHECIMENTO DE QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO EMPRESTA AO SUBSTANTIVO “FAMÍLIA” NENHUM SIGNIFICADO ORTODOXO OU DA PRÓPRIA TÉCNICA JURÍDICA. A FAMÍLIA COMO CATEGORIA SÓCIO-CULTURAL E PRINCÍPIO ESPIRITUAL. DIREITO SUBJETIVO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. INTERPRETAÇÃO NÃO-REDUCTIONISTA. (...). 4. UNIÃO ESTÁVEL. NORMAÇÃO CONSTITUCIONAL REFERIDA A HOMEM E MULHER, MAS APENAS PARA ESPECIAL PROTEÇÃO DESTA ÚLTIMA. FOCADO PROPÓSITO CONSTITUCIONAL DE ESTABELECEER RELAÇÕES JURÍDICAS HORIZONTAIS OU SEM HIERARQUIA ENTRE AS DUAS TIPOLOGIAS DO GÊNERO HUMANO. IDENTIDADE CONSTITUCIONAL DOS CONCEITOS DE “ENTIDADE FAMILIAR” E “FAMÍLIA”. (...). 6. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (TÉCNICA DA “INTERPRETAÇÃO CONFORME”). RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO FAMÍLIA. PROCEDÊNCIA DAS AÇÕES. “(ADI 4277, Relator(a): Min. **AYRES BRITTO**, Tribunal Pleno, julgado em 05/05/2011, DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-03 PP-00341 RTJ VOL-00219- PP-00212) – grifou-se.

Desse modo, como forma de combate à discriminação das pessoas em razão do sexo ou de sua opção sexual, bem como em busca da proteção dos direitos de liberdade, da busca à felicidade, o Supremo Tribunal Federal deu ao art. 1723 do Código Civil interpretação conforme a Constituição, excluindo do dispositivo qualquer significado que impedisse o reconhecimento

da união estável entre duas pessoas, independente da orientação sexual destas.

Nesse mesmo diapasão, já houve a manifestação do STJ, nos seguintes precedentes: REsp 820.475/RJ, Rel. Min. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**, Rel. p/ acórdão Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO**, Quarta Turma, julgado em 02/09/2008; REsp 1085646/RS, Rel. Min. **NANCY ANDRIGHI**, Segunda Seção, julgado em 11/05/2011; REsp 827962/RS, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, Quarta Turma, julgado em 21/06/2011.

Todas as referidas manifestações do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça versavam sobre a união estável entre casais homoafetivos, não sendo mencionado, nestas decisões, sobre a possibilidade do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Não obstante, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça se manifestou expressamente quanto ao casamento homoafetivo, através do julgamento do REsp nº 1.183378-RS. Por meio da decisão do recurso especial, foi permitida a habilitação de duas pessoas do mesmo sexo para casar, tendo o Tribunal da Cidadania sustentado não existir óbice legal no caso.

Nos termos do STJ, a hipótese de os nubentes serem pessoas do mesmo sexo não está arrolada no Código Civil como causa impeditiva ou suspensiva para a realização do casamento. Igualmente, não se pode entender que a vedação ao casamento homoafetivo é implícito, vez que tal interpretação afrontaria os princípios da igualdade, o princípio da não discriminação, o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio do pluralismo e livre planejamento familiar.

Como bem salientado pelo Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, “o casamento civil é a forma pela qual o Estado melhor protege a família, e sendo múltiplos os ‘arranjos’ familiares reconhecidos pela Carta Magna, não há de ser negada essa via a nenhuma família que por ela optar, independentemente de orientação sexual dos partícipes, uma vez que as

famílias constituídas por pares homoafetivos possuem os mesmos núcleos axiológicos daquelas constituídas por casais heteroafetivos, quais sejam, a dignidade das pessoas de seus membros e o afeto.”

O referido acórdão restou assim ementado:

“DIREITO DE FAMÍLIA. CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO (HOMOAFETIVO). INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e 1.565 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO EXPRESSA A QUE SE HABILITEM PARA O CASAMENTO PESSOAS DO MESMO SEXO. VEDAÇÃO IMPLÍCITA CONSTITUCIONALMENTE INACEITÁVEL. ORIENTAÇÃO PRINCÍPIOLÓGICA CONFERIDA PELO STF NO JULGAMENTO DA ADPF N. 132/RJ E DA ADI N. 4.277/DF.

1. Embora criado pela Constituição Federal como guardião do direito infraconstitucional, no estado atual em que se encontra a evolução do direito privado, vigente a fase histórica da constitucionalização do direito civil, não é possível ao STJ analisar as celeumas que lhe aportam "de costas" para a Constituição Federal, sob pena de ser entregue ao jurisdicionado um direito desatualizado e sem lastro na Lei Maior. Vale dizer, o Superior Tribunal de Justiça, cumprindo sua missão de uniformizar o direito infraconstitucional, não pode conferir à lei uma interpretação que não seja constitucionalmente aceita.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF n.

132/RJ e da ADI n. 4.277/DF, conferiu ao art. 1.723 do Código Civil de 2002 interpretação conforme à Constituição para dele excluir todo significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, entendida esta como sinônimo perfeito de família.

3. Inaugura-se com a Constituição Federal de 1988 uma nova fase do direito de família e, conseqüentemente, do casamento, baseada na adoção de um explícito poliformismo familiar em que arranjos multifacetados são igualmente aptos a constituir esse núcleo doméstico chamado "família", recebendo todos eles a "especial proteção do Estado". Assim, é bem de ver que, em 1988, não houve uma recepção constitucional do conceito histórico de casamento, sempre considerado como via única para a constituição de família e, por vezes, um ambiente de subversão dos ora consagrados princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Agora, a concepção constitucional do casamento - diferentemente do que ocorria com os diplomas superados - deve ser necessariamente plural, porque plurais também são as famílias e, ademais, não é ele, o casamento, o destinatário final da proteção do Estado, mas apenas o intermediário de um propósito maior, que é a proteção da pessoa humana em sua inalienável dignidade.

4. O pluralismo familiar engendrado pela Constituição - explicitamente reconhecido em precedentes tanto desta Corte quanto do STF - impede se pretenda afirmar que as famílias formadas por pares homoafetivos sejam menos dignas de proteção do Estado, se comparadas com aquelas apoiadas na tradição e formadas por casais heteroafetivos.

5. O que importa agora, sob a égide da Carta de 1988, é que essas famílias multiformes recebam efetivamente a "especial proteção do Estado", e é tão somente em razão desse desígnio de especial proteção que a lei deve facilitar a conversão da união estável em casamento, ciente o constituinte que, pelo casamento, o Estado melhor protege esse núcleo doméstico chamado família.

6. Com efeito, se é verdade que o casamento civil é a forma pela qual o Estado melhor protege a família, e sendo múltiplos os "arranjos" familiares reconhecidos pela Carta Magna, não há de ser negada essa via a nenhuma família que por ela optar, independentemente de orientação sexual dos partícipes, uma vez que as famílias constituídas por pares homoafetivos possuem os mesmos núcleos axiológicos daquelas constituídas por casais heteroafetivos, quais sejam, a dignidade das pessoas de seus membros e o afeto.

7. A igualdade e o tratamento isonômico supõem o direito a ser diferente, o direito à auto-afirmação e a um projeto de vida independente de tradições e ortodoxias. Em uma palavra: o direito à igualdade somente se realiza com plenitude se é garantido o direito à diferença. Conclusão diversa também não se mostra consentânea com um ordenamento constitucional que prevê o princípio do livre planejamento familiar (§ 7º do art. 226). E é importante ressaltar, nesse ponto, que o planejamento familiar se faz presente tão logo haja a decisão de duas pessoas em se unir, com escopo de constituir família, e desde esse momento a Constituição lhes franqueia ampla liberdade de escolha pela forma em que se dará a união.

8. Os arts. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e 1.565, todos do Código Civil de 2002, não vedam expressamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e não há como se enxergar uma vedação implícita ao casamento homoafetivo sem afronta a caros princípios constitucionais, como o da igualdade, o da não discriminação, o da dignidade da pessoa humana e os do pluralismo e livre planejamento familiar.

9. Não obstante a omissão legislativa sobre o tema, a maioria, mediante seus representantes eleitos, não poderia mesmo "democraticamente" decretar a perda de direitos civis da minoria pela qual eventualmente nutre alguma aversão. Nesse cenário, em regra é o Poder Judiciário - e não o Legislativo - que exerce um papel contramajoritário e protetivo de especialíssima importância, exatamente por não ser comprometido com as maiorias votantes, mas apenas com a lei e com a Constituição, sempre em vista a proteção dos direitos humanos fundamentais, sejam eles das minorias, sejam das maiorias. Dessa forma, ao contrário do que pensam os críticos, a democracia se fortalece, porquanto esta se reafirma como forma de governo, não das maiorias ocasionais, mas de todos.

10. Enquanto o Congresso Nacional, no caso brasileiro, não assume, explicitamente, sua coparticipação nesse processo constitucional de defesa e proteção dos socialmente vulneráveis, não pode o Poder Judiciário demitir-se desse mister, sob pena de aceitação tácita de um Estado que somente é "democrático" formalmente, sem que tal predicativo resista a uma mínima investigação acerca da universalização dos direitos civis."

11. Recurso especial provido.” (REsp 1183378/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 01/02/2012) – grifou-se.

Desse modo, em decisão publicada em fevereiro de 2012, o STJ reconheceu a possibilidade do casamento homoafetivo, afastando o óbice relativo à igualdade de sexos dos noivos, e determinou o prosseguimento do processo de habilitação de casamento.

Depois do pronunciamento das referidas Cortes Superiores, não se pode mais fechar os olhos a tal realidade que se apresenta, e manter um posicionamento conservador em detrimento da proteção real e efetiva da igualdade entre os indivíduos.

Desde tempos primórdios se fala no homossexualismo, que se mostrou presente como uma orientação sexual de diversos indivíduos ao longo da história da humanidade. Tal orientação sexual não era legalmente tratada ou protegida e, por muitas vezes, foi vista de forma discriminada.

Contudo, é nos tempos atuais que se busca o enfrentamento de tal assunto com isenção de preconceito e antigas ideias moralistas, que já não mais se sustentam, em virtude da busca pela evolução social, pautada no respeito do ser humano.

Como bem destacado por **ANA CARLA MATOS**, no artigo “A Consagração Jurídica da União Homossexual Através da Principiologia dos Direitos Fundamentais”, *in* Atualidades do Direito de Família e Sucessões, Editora Nota Dez, jan. 2008, pág. 10:

“Isto se dá por serem as relações entre pessoas do mesmo sexo uma formação social inegável. Apesar de se apresentar como um fato concreto em sociedade das mais diversas e em diferentes momentos históricos, as alterações são sentidas principalmente nos anos 90. Trata-se, pois, de um maior enfoque à temática – a qual finalmente deixa de ser ocultada.”

Com o atual grande enfoque dos valores essenciais da pessoa humana, não se pode mais fechar os olhos para a questão da homossexualidade, deixando as relações homoafetivas ignoradas e marginalizadas da proteção jurídica necessária para realização da dignidade humana.

Ora, a Constituição Federal de 1988 arrolou como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, III).

Pregar a ideia do desenvolvimento humano, sem qualquer tipo de preconceito e, ao mesmo tempo, não permitir que casais do mesmo sexo tenham suas relações juridicamente reconhecidas e resguardadas, é despir o referido comando constitucional de qualquer efetividade. O que é pior: é defender a construção de uma sociedade livre e justa somente no plano das ideias, sem que seja necessário que esta efetivamente exista.

Destaca-se o ponderado por **ANA CARLA MATOS**, em obra supracitada (fl.24):

“A exclusão de um rol de pessoas, em virtude de sua orientação sexual, da possibilidade de terem sua relação afetiva reconhecida impõe-se como um vertiginoso desrespeito à sua dignidade intrínseca. Constatase, decorrentemente, como o preconceito ainda restringe direitos e como a reprodução do estigma social é incorporado ao âmbito jurídico. Tal fator determina-se em função da orientação sexual da pessoa envolvida. Estes aspectos estão a indicar o tratamento indigno direcionado a algumas pessoas, não se lhes conferindo a oportunidade de serem sujeitos de direito a uma condição relacionada com sua identidade pessoal.”



Caso se pretenda a real construção de um Estado Social, que busca o respeito da dignidade da pessoa humana, com a eliminação de qualquer forma de discriminação, devemos nos libertar das amarras do passado, de qualquer falso moralismo ou tradicionalismo exacerbado, que nos impede de evoluir como sociedade pautada na igualdade entre os indivíduos.

Se a família é a base da nossa sociedade, tendo especial proteção do Estado (art. 226, da CF), e este, por sua vez, tem como fundamento a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), e como objetivo a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação (Art. 3º, IV, da CF); não possibilitar que casais homoafetivos se casem contraria toda a lógica e valores impregnados nas normas constitucionais.

Por tal razão, como já citado acima, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF nº 132/RJ com a ADI nº 4.277/DF, deu ao art. 1723 do Código Civil, que versa sobre união estável, interpretação conforme a Constituição, excluindo qualquer entendimento que impedisse a proteção da família, pautado na orientação sexual dos indivíduos relacionados. De acordo com o entendimento adotado pelo STF, a Constituição consagrou a família como instrumento da proteção dos seres humanos e dos direitos fundamentais, independentemente da formação quantitativa e qualitativa dos seus membros.

Nesse mesmo sentido, devem ser interpretadas as normas relativas ao casamento. Até mesmo porque se mostraria desconexo permitir que os casais homoafetivos pudessem celebrar a união estável, mas não pudessem contrair núpcias. Desrespeitar-se-ia o princípio da igualdade, não dando a oportunidade que as pessoas do mesmo sexo, que se amam e que se respeitam, e que querem construir uma família sob a proteção legal, pudessem celebrar casamento, o que é permitido aos casais heterossexuais.

Frisa-se, aqui, o brilhante ensinamento de **MARIA BERENICE DIAS** e **ROBERTA VIEIRA LARRATÉA**, *in* Constitucionalização

das Uniões Homoafetivas. Revista Magister de Direito Civil, ed. Máster, nº 32, Ano VI, fl. 50:

“Rejeitar a existência de uniões homoafetivas é afastar o princípio esculpido no inciso IV do art. 3º da CF, segundo o qual é dever do Estado promover o bem de todos, vedada qualquer discriminação, não importa de que ordem ou de que tipo. Conforme **JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIOGIS**:

‘A relação entre a proteção da dignidade da pessoa humana e a orientação homossexual é direta, pois o respeito aos traços constitutivos de cada um sem depender da orientação sexual, é previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição, e o Estado Democrático de Direito promete aos indivíduos muito mais que a abstenção de invasões ilegítimas de suas esferas pessoais, a promoção positiva de suas liberdades.’”

Mas de nada adianta assegurar respeito à dignidade humana e à liberdade. Pouco vale afirmar que a igualdade de todos perante a lei, dizer que homem e mulheres são iguais, que não são admitidos preconceitos ou qualquer forma de discriminação. Enquanto houver segmentos alvos de exclusão social, tratamento desigualitário entre homens e mulheres, e a homossexualidade for vista como crime, castigo ou pecado, não se estará vivendo em um Estado Democrático de Direito.”

Nesse seguimento, não se mostra coerente defender os ideais sociais e democráticos, defendendo a necessidade de se observar e garantir a dignidade da pessoa humana e igualdade entre os indivíduos e, ao mesmo tempo, deixar de proteger juridicamente as relações homoafetivas.

Para tornar efetivos os ditames constitucionais de liberdade e igualdade, será necessária coragem para romper preconceitos e quebrar paradigmas. Isto porque, é sempre árduo e lento o processo de busca pela libertação de ideias conservadoras ultrapassadas.

Polêmicas e dissensos sobre o assunto continuarão a existir, mas não podemos deixar tais entraves atrapalhar a evolução das normas jurídicas produzidas para proteger a nossa sociedade, sociedade esta que está em constante desenvolvimento.

Nesse diapasão:

“Louvável é a coragem de ousar quando se ultrapassam os tabus que rondam o tema da sexualidade e quando se rompe o preconceito que persegue as entidades familiares homoafetivas. Houve um verdadeiro enfrentamento a toda uma cultura conservadora e uma oposição à jurisprudência ainda apegada a um conceito conservador de família. Não é ignorando certos fatos, deixando determinadas situações descobertas do manto da juricidade que se faz justiça. Condenar à invisibilidade é a forma mais cruel de gerar injustiças e fomentar a discriminação, afastando-se o Estado de cumprir com sua obrigação de conduzir o cidadão à felicidade.” (**MARIA BERENICE DIAS e ROBERTA VIEIRA LARRATÉA**, ob. cit, fl. 59).

Buscando a proteção dessa evolução de pensamento, a Corregedoria- Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou que todos os Cartórios de São Paulo habilitem pessoas do mesmo sexo para a realização do casamento civil.

Além do Estado de São Paulo, outros Estados brasileiros, como a Bahia, Rio de Janeiro e Alagoas, já realizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A união de pessoas do mesmo sexo com o intuito de formar uma entidade familiar é uma realidade para a qual não podemos mais virar as costas. Os casais homoafetivos necessitam do reconhecimento como iguais perante a sociedade.

E é por tal razão que existe a Justiça, para poder dar efetividade às normas positivadas no nosso ordenamento jurídico, adequando a evolução da sociedade aos dispositivos legais que regem a nossa realidade.

Como bem destacado por **MARIA BERENICE DIAS**: “A Justiça não é cega nem surda. Também não pode ser muda. Precisa ter olhos abertos para ver a realidade social, os ouvidos atentos para ouvir o clamor dos

que por ela esperam e coragem para dizer o Direito em consonância com a Justiça”.

Desse modo, tendo-se em mente o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana; sendo objetivo da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos sem qualquer forma de discriminação; levando-se em consideração que a família é a base da sociedade, independente de sua formação quantitativa e qualitativa, deve-se permitir que pessoas do mesmo sexo se habilitem para o casamento civil, conforme já restou decido pelo STJ, no REsp nº 1.183.378-RS.

Por fim, destaca-se que a presente consulta não pode modificar a decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito (...), tendo em vista que não foi interposto recurso em face de tal decisão. Para que haja a habilitação dos nubentes, faz-se necessário um novo procedimento.

**2.** Em busca da melhor proteção ao princípio da igualdade, evitando decisões conflitantes nas diferentes comarcas, expeça-se instrução normativa, para que os magistrados e agentes delegados do Serviço Civil de Pessoas Naturais do Estado do Paraná observem a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, possibilitando a habilitação de pessoas do mesmo sexo para o casamento civil.

**3.** Publique-se.

Curitiba, 26 de março de 2013.

**Des. EUGÊNIO ACHILLE GRANDINETTI**

Corregedor da Justiça